



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PRESENCIAL BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

SAMARA BESSA DA SILVA

**UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ACARAPE –
CE.**

Redenção – Ceará

2022

SAMARA BESSA DA SILVA

**UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ACARAPE –
CE.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus do Ceará.

Orientador(a): Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanicadan

Redenção – Ceará

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Samara Bessa da.

S578u

Uma análise do Instituto de Previdência Municipal do Acarape -
Ce / Samara Bessa da Silva. - Redenção, 2022.
32f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanicadan.

1. Bem estar social. 2. Previdência Social. 3. Acarape. I.
Titulo

CE/UF/BSP

CDD 658

SAMARA BESSA DA SILVA

**UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ACARAPE –
CE.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus do Ceará.

Aprovada em: 10/02/2022

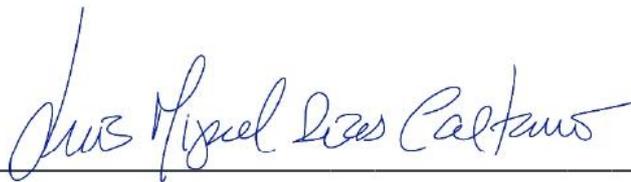
BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN
Data: 21/02/2022 12:07:14-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan (orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Documento assinado digitalmente
 ROSALINA SEMEDO DE ANDRADE TAVARES
Data: 22/02/2022 18:28:09-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Rosalina Semedo De Andrade Tavares
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)



Prof. Dr. Luis Miguel Dias Caetano
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de ingressar em uma universidade e por sempre me guiando aos melhores caminhos, com saúde e força para superar as dificuldades.

Agradeço a meus pais que me deram apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

A universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

À minha orientadora Dra. Andreia Kanicadan, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

Ao meu primo Matheus a qual foi fundamental na realização do meu maior sonho, me incentivou e me ajudou do início ao fim, lhe serei grata por toda a vida.

Ao meu namorado que acima de tudo é um grande amigo, sempre presente nos momentos difíceis com uma palavra de incentivo e força.

Aos meus colegas do curso de Administração Pública, juntos conseguimos avançar e ultrapassar todos os obstáculos.

RESUMO

A implementação de políticas públicas é algo de grande relevância em todas as esferas do poder público administrativo, pois por meio de tais medidas poderá ser oferecido à sociedade atendimentos e serviços de qualidade. Desta forma uma instituição que possui a responsabilidade de cuidar e gerir recursos da previdência social necessita de uma política de atendimento ao cliente que neste caso são os cidadãos. Mediante a importância na qual o assunto, o presente trabalho buscou por meios de pesquisas bibliográficas, assim como em *sites* que abordam sobre o assunto dados que pudesse ser a base do referencial teórico, da mesma forma foram realizadas pesquisas na *page* da prefeitura em busca de informações que desse um embasamento à pesquisa. Porém na página da prefeitura as únicas informações que constam é sobre a pessoas que estão á frente do Acarapeprev. Tendo como objetivo saber se o instituto de previdência do Município de Acarape-CE tem entregue aos seus usuários uma política pública eficiente e eficaz quanto o que é prometido pelo Regime Próprio da Previdência (RPPS). Quanto a metodologia a abordagem realizada na pesquisa é do tipo qualitativa e descritiva, quanto aos objetivos exploratória ou descritiva, todavia é importante ressaltar que devido ao cenário atual no qual nós encontramos de pandemia da covid-19 a pesquisa ficou atrelada a pesquisas bibliográficas. Vale salientar também que o presente trabalho possui uma relevância social, para a sociedade e que futuramente a pesquisa poderá ter uma continuidade, para uma explanação mais pertinentes a respeito de alguns questionamentos que no momento atual não foi possível ser realizada, por ser um assunto constantemente em pauta a previdência social merece estudos bastante explorado por parte de discentes e docentes, para que por meio desses estudos a população possa ter conhecimento do funcionamento das instituições. É importante que a presente pesquisa merece uma continuidade com um aprofundamento mais detalhado e amplo sobre o funcionamento da previdência social do município de Acarape.

Palavras chaves: Estado de Bem Estar Social. Previdência Social. Regime Próprio. Acarape.

ABSTRACT

The implementation of public policies is something of great relevance in all spheres of the administrative public power, because through such measures, quality care and services can be offered to society. In this way, an institution that has the responsibility of caring for and managing social security resources needs an excellent customer service policy, which in this case are the citizens. Due to the great importance in which the subject, the present work searched for means of bibliographical researches of already published matters, as well as in sites that approach on the subject data that could be the base of the theoretical reference, in the same way researches were carried out on the page from the city hall in search of information that would provide a basis for the research. However, on the prefecture page, the only information that appears is about the people who are in front of Acarapeprev. The approach carried out in the research is qualitative and descriptive, however it is important to note that due to the current scenario in which we find a covid-19 pandemic, it was not possible to apply data collection techniques such as: interview with people responsible for the institution, as well as the application of questionnaires, the use of these research instruments would provide a deeper understanding of the subject. It is also worth mentioning that the present work has a very great social relevance for society and that in the future the research may have a continuity, for a more pertinent explanation about some questions that at the present time it was not possible to be carried out, because it is a subject constantly on the agenda, social security deserves studies extensively explored by students and teachers, so that through these studies the population can have knowledge of the functioning of the institutions.

Keywords: Welfare State. Social Security. Own Regime. Acarape.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Modelos de regime de estado de bem estar social e suas características	17
Quadro 2. Raízes históricas dos distintos Estado Latino Americano Desenvolvimentista de Bem Estar (ELADBES), adaptado, contendo apenas os padrões em que destaca o Brasil e a Região de São Paulo	19
Quadro 3. Fontes de custeio do RPPS de Acarape antes e depois das alterações na Lei.....	27
Quadro 4. Beneficiários do RPPS antes e depois das alterações da Lei.....	28

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pilares da Seguridade social.....	20
Figura 2 – Dados da Instituição Acarapeprev.....	23
Figura 3 – Mapa de Acarape.....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acarapeprev	Regime Previdenciário de Acarape
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MPS	Ministério da Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPM	Instituto de Previdência do Município
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
OMS	Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEORICO	16
2.1 ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL	16
2.2 ESTADO DE BEM SOCIAL NO BRASIL	18
2.3 PILARES DA SEGURIDADE SOCIAL	19
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	21
4. REGIME PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE ACARAPE (ACARAPEPREV)	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

1. INTRODUÇÃO

No Brasil a preocupação social com os brasileiros antes e depois sua aposentaria não é algo recente, ou seja, um acontecimento que teve seu surgimento apenas em 1990, pois documentos já relatavam esse cuidado com as condições da população desde o início do século XIX no período do império e com o passar dos tempos foi se adequando á realidade da época. Entretanto “em 27 de junho de 1990 foi criado o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), no governo de Fernando Collor de Melo, uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), atualmente Ministério da Previdência Social (MPS)”. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA, 2017).

Portanto, em 1990 o INSS passou a ter a responsabilidade de tratar das questões inerentes a aposentadoria, afastamentos de funcionários que estejam enquadrados no regime geral de previdência social (RGPS), bem como de servidores públicos municipais, nos quais os gestores não optem em aderir ao regime próprio (RPPS). Desta forma o estado tem exercido sua responsabilidade perante a sociedade, pois as autarquias são partes do estado, que prestadoras de serviço públicos visando o estado de bem estar social da população no qual atende aos requisitos inerentes á aposentadoria, afastamentos por doença ou acidentes, bem como os pensionistas.

Atendendo assim todos os preceitos da constituição federal que discorre nos art. 193 e 194. “Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (BRASIL, 1988).

Portanto nota-se a preocupação que os gestores tinham com a classe trabalhadora, bem com as condições na qual a população seria atendida a medida em que fossem surgindo suas necessidades. Para comportar todas essas estruturas o sistema organizacional foi dividido em regime no qual já foi mencionado anteriormente nos quais se destacam-se o RGPS e o RPPS, de forma que o regime próprio se enquadra todos os cidadãos que estejam no regime celetista (CLT), já no caso do segundo como supracitado anteriormente o regime próprio no qual se encontra os servidores públicos. Esta forma estrutural também consta em nossa constituição federal no Art. 201 “A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei (...)”. (BRASIL, 1988).

É importante ressaltar que além destes dois regimes citados no presente trabalho a nossa constituição ainda traz o regime de previdência privada, mais que não será abordada nesta presente pesquisa, mas que para fins acadêmicos possui uma grande relevância em trabalhos futuros sobre o assunto, pois se trata de um regime complementar. Vale salientar que o regime geral é universal, visto que abrange todos os cidadãos que exercem funções em empresas do setor privado, bem como a servidores públicos municipais nos quais os gestores não adotem o regime próprio

Todavia como já foi mencionando os estados e municípios do Brasil possuem a liberdade de instituir além do regime geral, os seus regimes próprios financiados por contribuições específicas, garantindo assim, a integralidade dos salários dos seus servidores públicos, uma vez que tanto o estado como os municípios podem definir o piso salarial de seus colaboradores.

Visando esse intuito surgiu o IPM (Instituto de Previdência do Município), uma forma de garantir que o servidor público se aposente com todos os benefícios que ele adquiriu ao longo de sua carreira no serviço público, isso se caracteriza pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que em resumo além de garantir benefícios aos seus segurados, tem como principal característica ser um regime previdenciário que se destina exclusivamente aos servidores públicos civis, das três esferas da federação (incluindo o Distrito federal).

O presente trabalho busca a partir de todo conhecimento teórico e empírico saber se o Instituto de Previdência do Município da cidade de Acarape – CE, têm entregue aos seus usuários uma política pública eficiente e eficaz quanto o que é prometido pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

A pesquisa pode ser de natureza exploratória, quando o pesquisador que se familiarizar com o tema; assim como descritiva, que tem como objetivo descrever uma situação, relacionar variáveis; ou até mesmo explicativa, ou seja, quando busca-se descrever um fenômeno.

Segundo Ander-Egg (1978, p.28, apud MARCONI e LAKATOS, 2003, p.155), a pesquisa é um "procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento".

O presente trabalho busca pesquisar conceitos fundamentais para um melhor entendimento da pesquisa, como por exemplo o conceito de gestão de políticas públicas. De acordo com Rua (2014, p. 15) políticas públicas é uma “decisão e requer ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. A partir da

conceituação de gestão de políticas públicas é que a pesquisa se dirige ao seu foco principal que é política pública de desenvolvimento local, se fazendo necessário conhecer como funciona tal política, seu propósito e sua contribuição com a sociedade.

E por fim o objeto de estudo o Instituto de Previdência do Município de Acarape – CE, onde se faz necessário uma análise de seu regime previdenciário, suas políticas públicas e o que ele tem a oferecer a população local, pois muitos de seus usuários são desconhecidos de tais informações. Com tudo se faz necessário realizar através desse estudo a aproximação dos servidores públicos municipais com as políticas públicas implementadas pelo IPM de Acarape – CE.

A presente pesquisa tem por objetivo geral: analisar as políticas públicas realizadas pela previdência social do município de Acarapé e sua contribuição para o desenvolvimento local.

Para se chegar ao objetivo geral da pesquisa foram propostos os seguintes objetivos específicos.

- Identificar as políticas públicas desenvolvidas pelo IPM no desenvolvimento municipal.
- Verificar os benefícios dessas políticas públicas para a população de Acarape.
- Analisar as melhorias no atendimento de assistência ao cidadão contribuinte.

Almejando chegar aos resultados do objetivo da pesquisa, adotou-se neste presente trabalho a abordagem qualitativa, pois toda a construção e levantamento de dados foi em torno de publicações realizadas sobre a matéria, livros, revistas e periódicos, assim como buscas realizadas no *site* da prefeitura onde fica localizado a página do Acaraprev, por ser um órgão público tem o dever prestar informações aos usuários, no tópico regime próprio do município de Acarape terá alguma figuras da página Acaraprev.

Quanto aos objetivos da pesquisa caracteriza-se pelo método descritivo, pois procura-se descrever as políticas públicas adotada por uma autarquia do município que tem a responsabilidade de fornecer um atendimento adequado as pessoas que se enquadram dentro dos requisitos estipulados pela previdência social, para adquirirem sua aposentadoria seja por idade, tempo de serviço ou por alguma invalidez ocorrida em algum acidente de trabalho ou no percurso de casa.

Para a coleta de dados destaca-se o levantamento bibliográfico feito em material já publicado, como já fora supracitado no decorrer de alguns trechos acima.

A escolha do objeto deste estudo justifica-se pela ânsia de se obter informações da política publicas prestadas pela previdência social do município de Acarape, assim como por meio desse levantamento fazer uma análise se, essas medidas adotadas pelo órgão possibilitam ao cliente-cidadão compreender todos seus direitos e deveres. De modo, que a

referente pesquisa tem caráter e relevância social pois busca compreender como é feita a otimização e integralização dos processos administrativos, adotados pela a autarquia municipal (Acaraprev), a maneira que essas atividades prestadas as pessoas que ali chegam para conseguirem darem entrada nos papeis e usufruírem dos benefícios.

Possui uma relevância acadêmica pois o Acaraprev é uma autarquia que faz parte da administração indireta, tornando assim curso de administração pública dentro do escopo da área de atuação de seu discente, é um tema que tem estado em pauta devido ás reformas que tem sido conduzidas atualmente. Possibilita também a aproximação do aluno com os acontecimentos atuais, bem como da uma maior proximidade com a população que no âmbito da administração pública é o principal cliente.

2. REFERENCIAL TEORICO

Para Dias e Matos (2012, p. 02) o termo políticas públicas “ refere-se ao conjunto de atividade que dizem respeito à ação do governo. Na mesma linha de pensamento.

Secchi (2013, p. 02) destaca que “políticas públicas é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”, mais a frente ele também reforça que a “política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”.

Conforme Rua (2014, p.17) como já citada anteriormente desta sua definição de políticas públicas com sendo uma “Decisão que requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”.

Nota-se que termo “políticas públicas” é bastante amplo de forma que não existe uma definição única para ele, toda via apesar de conceituações diferentes todos acabam por conceitua-la de forma bastante parecida, pois ambos os autores pesquisados destacam que as políticas públicas são caminhos percorridos pelos gestores públicos para se chegar a um objetivo, que geralmente está relacionado a solução de um problema ou mesmo o melhoramento no atendimento de um serviço prestado, ou ainda uma reestruturação de uma Malha Viária, na Educação, Saúde, Segurança etc.

Portanto com base em tudo que já foi citado até aqui a presente pesquisa busca analisar as políticas públicas que são adotadas pela previdência social do município de Acarape, visando obter oconhecimento das medidas adotadas pela administração da instituição autárquica, na qual possui atribuições importantes, pois é uma prestadora de serviço públicos e tem como clientes, os cidadãos que em algum momento da vida necessitam desses serviços prestados pelo órgão.

2.1 ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL

O Estado de bem estar social foi um modelo que surgiu, como sendo um balizado para minimizar impactos causados por algumas crises que surgiram ao longo da história, onde o Estado seria o regulador do mercado, antes de ocorrerem as grandes crises em destaque a de 1929, a ideia era que o mercado se regularizaria sozinho a “mão invisível” de Adam Smith a partir daí começou ocorreu uma expansão de políticas sociais, no qual o Estado passou a interferir na economia, a desenvolver políticas voltadas para o cidadão. É importante ressaltar que não existe um modelo único de *WelfareState*, pois cada país possui suas peculiaridades

desta forma o modelo adotado na Ásia não é o mesmo adotado na Europa e assim, sucessivamente, essa diferencia se dá devido ao sistema político e econômico, cultural de cada um.

É importante salientar que os modelos que serão citados surgiram devido as crises ocorridas, á queda do Liberalismo, já que os liberais não eram a favor da presença do Estado na Economia. Os três modelos de bem estar social são destacados entre os estudiosos do assunto.

Quadro 1: Modelos de regime de estado de bem estar social e suas características.

<p>Regime Liberal</p>	<p>Neste regime o papel do Estado e da Família não possuía um fator decisivo nas relações eram mínimas, dando apenas a assistência em ponto essenciais para o equilíbrio da sociedade. (solidariedade de base individual)</p> <p>O mercado por sua vez adotava o papel de grande relevância, pois atuaria como um provedor de assistência social. Esse modelo foi implementado em alguns países tais como: Estados Unidos, Canadá, entre outros.</p>
<p>Regime Conservador Corporativo</p>	<p>Neste tipo de modelo de solidariedade Família passou a ter caráter central da assistência social. (A família era a base de tudo).</p> <p>Nessa fase o estado e o mercado, tinham papéis secundários na assistência social, no qual tinha por base os méritos, assim com a aprovação de atores representantes da sociedade e corporativos diferenciados. Países que se destacaram neste tipo regime foram: Alemanha, Itália, França etc.</p>
<p>Regime Social Democrata</p>	<p>Neste regime era de predominância de solidariedade universal, onde o estado era o centro de tudo.</p> <p>O Estado passou a ser o provedor da assistência social, jogando o papel central, frente ás proposições da família e do mercado. Países que se destacaram foram: Suécia, Dinamarca, Noruega etc.</p>

Fonte: Draibe (2006)

O quadro 1 vai mostra os três modelo de bem estar social que surgiram no Brasil, de acordo com o regime liberal o papel do estado e da família não eram decisivos, o mercado por sua vez era o provedor da assistência social. Para o regime conservador-corporativo a família

passou a ser o centro da assistência social, já no regime social o estado passou a ser a base da assistência frente a família e o mercado.

2.2 ESTADO DE BEM SOCIAL NO BRASIL

A ocorrência ou não da aplicabilidade do Estado de bem estar social no Brasil é muito ampla autores como Silva (2011) *WelfareState* de fato não foi concretizado no País, haja vista que no Brasil o assunto nunca era uma prioridade nas pautas, de forma que os programas sociais eram sempre deixados de lado, ou seja, para um segundo plano.

Já para Draibe(1993) que a ocorrência do modelo de Estado de bem estar social no Brasil, teve sua inicialização no governo de Vargas, onde ocorreram várias mudanças no cenário político e constantes transformações no setor da industrialização, embora em meio a um regime ditatorial. Em meio a todos os acontecimentos da época a autora destaca que houve uma evolução em áreas como saúde, educação, pontos estes que caracterizam o Estado de bem estar social onde o Estado propõe políticas públicas visando o melhor bem estar da coletividade e a saída do Brasil do regime ditatorial, para o Regime Democrático fortaleceu ainda mais a implementação de políticas públicas com a promulgação da constituição de 1988.

De acordo Draibe e Riesco(2007) nos países Latino americanos ocorreram os maiores variados modelos, todos tendo por base os tipos que já eram executados em outros continentes, devido a diversidade entre os países da América do Sul, podem se destacar quatro tipos de modelos aplicados no continente, são eles:

- Padrão colonial clássico sobre antigos impérios;
- Padrão de modernização precoce em base à imigração tardia;
- Padrão dos colonos pobres à margem dos antigos impérios e
- Padrão das sociedades escravistas e de *plantations*.

Quadro 2: Raízes históricas dos distintos Estado Latino Americano Desenvolvimentista de Bem Estar (ELADBES), Adaptado, contendo apenas os padrões em que destaca o Brasil e a Região de São Paulo.

Padrões de Modernização	Alguns países e Regiões
<p>Padrão II. Modernidade precoce com base na imigração tardia. Regiões de baixa produtividade agrícola pré-moderna. Populações indígenas pouco significativas, exterminadas em fins do séc. XIX Escasso ou inexistente desenvolvimento senhorial pré-moderno. Manifestação relativamente débil de culturas e sociedades pré-modernas. Predomínio de imigrantes tardios (fins séc. XIX, princípios séc. XX), especialmente europeus. Urbanização precoce (fins do séc. XIX, princípios do séc. XX). Desenvolvimento capitalista precoce (fins séc. XIX, princípios séc. XX). Desenvolvimento republicano precoce.</p>	<p>Argentina, Uruguai, Regiões como São Paulo, Patagônia chilena</p>
<p>Padrão IV. Sociedades escravistas e de plantations Regiões de baixa produtividade agrícola de explora pré-moderna. Relativamente escassa presença ou extermínio precoce de populações indígenas. Manifestação relativamente débil de culturas pré-hispânicas. Grande indústria de exportação colonial (açúcar, café, tabaco, borracha, minérios etc.). Importação massiva de escravos africanos, para a exploração das riquezas referidas; Presença da grande propriedade senhorial colonial e pós-colonial Forte incidência da imigração tardia. Emergência tardia de repúblicas modernas.</p>	<p>Brasil, Cuba e outros países do caribe</p>

Fonte: Draibe e Riesco 2007

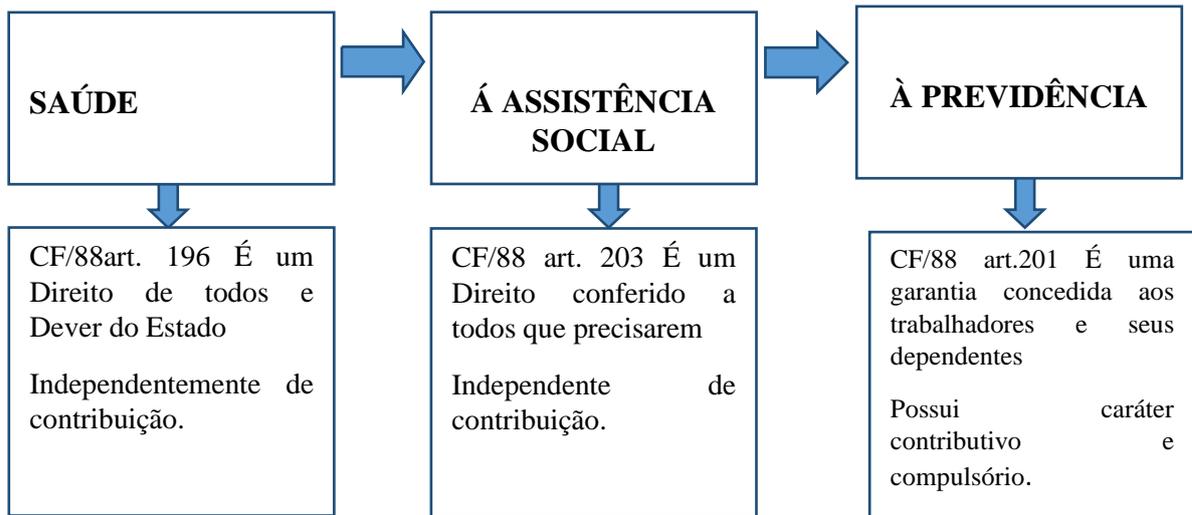
Desta forma apesar de embates em torno do assunto de bem estar social, nota-se claramente o momento histórico e cultural de cada país e suas respectivas regiões dentro desse contexto de diversificação, que pontos da estrutura social do país passaram obter evoluções expressivas tanto na políticas, quanto nas organizações sociais, tal desenvolvimento propiciou a população, conquistas em várias camadas da sociedade, que passou a exigir ainda mais direitos, que a grosso modo já é papel do Estado em promover uma educação de qualidade, Saúde, Segurança e uma Assistência social a todos os cidadãos, isso ocorreu devido ao fortalecimento das instituições e com a democratização do País.

Todavia é importante ressaltar que apesar de todas as transformações já citadas no cenário nacional, é visível a carência de programas sociais para o desenvolvimento das classes menos favorecidas, faz-se necessário uma efetividade ainda maior por parte dos gestores em promover políticas que possam atender de forma mais eficiente, eficaz e efetiva a todas as pessoas, pois na ponta mais carente da sociedade a assistência social ainda é bastante frágil.

2.3 PILARES DA SEGURIDADE SOCIAL

Seguridade social são iniciativas criadas pelo poder público em conjunto com a sociedade, políticas sociais que garantem as prestações de benefícios e serviços de proteção social disponibilizadas pelo estado que tem como objetivo assegurar aos cidadãos em estado de vulnerabilidade seus direitos básicos. Seus principais pilares são:

Figura. 1. Pilares da Seguridade social.



Fonte: Elaborada e esquematizado pela Autora 2022

Saúde, “A saúde é direito de todos e dever do estado” art. 196 da constituição. Baseando-se pelo princípio da integralidade a saúde deve ser garantida a todos cidadãos brasileiros e estrangeiros que estiverem em território brasileiro. E o princípio da integralidade que garante o controle e as necessidade do sistema único de saúde (SUS)

À assistência social, é o pilar onde a população tem sua participação na criação de políticas públicas, tendo como finalidade a garantia de proteção à família, à velhice, pessoas portadoras de deficiência, maternidade e a infância.

À previdência, através da contribuição durante os anos de trabalho o cidadão garanti uma renda, ou seja, sua aposentadoria, isso ocorre quando se perde a capacidade de trabalhar, por idade, invalidez, doença, desemprego, maternidade.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia irá direcionar toda a sua pesquisa, a maneira que será conduzida que métodos serão aplicados durante a construção na busca para solucionar as indagações. Segundo Gil (2008) Metodologia se traduz na busca para se obter conhecimento das inquietações.

Na mesma linha pensamento Fonseca (2002) vem nós falar que metodologia é o caminho traçado para se chegar ao objetivo. Desta forma em toda pesquisa faz-se necessário a aplicação da metodologia que será aplicada para a obtenção dos resultados.

De acordo com Minayo (2001, p. 16) “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

Desta forma que os caminhos que serão balizados pelo pesquisador têm que ser bastante claros e coesos, de maneira a possibilitar uma prospecção na busca da resolução dos problemas apontados na sua pesquisa.

A abordagem da pesquisa pode assumir caráter quantitativo ou qualitativo e também pode ter aspectos qualitativo e quantitativo ao mesmo tempo, a abordagem do tipo será definida a partir do momento em que o pesquisado traça seus objetivos de estudos se é um trabalho quantitativo ou qualitativo.

Conforme Minayo (2007), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Portanto para a presente pesquisa a abordagem será do tipo qualitativa, pois o objeto de estudo será fazer uma análise da previdência social do Município de Acarape. De acordo com Gil (2008, p. 27.) “a pesquisa exploratória têm como principal finalidade desenvolver e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Ainda de acordo com Gil (2008) a pesquisa exploratória auxilia o pesquisador uma visão do todo, possibilitando assim a uma maior aproximação dos fatos ocorridos.

No que se refere aos objetivos ela poderá assumir características exploratória ou descritiva. Neste presente trabalho, a pesquisa será desenvolvida adotando-se o método descritivo, pois é o que se mostrou mais adequado para o início, meio e fim da estruturação, para uma descrição das políticas públicas realizadas pela autarquia do município de Acarape. (Acaraprev).

Conforme Gil (2008, p. 28) a pesquisa descritiva tem por “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Os procedimentos que podem ser adotados na sua pesquisa podem ser bibliográficos, documental. Portanto para a presente pesquisa adotar-se-á os procedimentos bibliográficos, por meio de livros já publicados, assim como também de artigos científicos que possuam relevâncias com o tema e o problema trazido pela pesquisadora. Conforme Lakatos (2010, p. 142) “a pesquisa bibliográfica é um acompanhamento geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fortalecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

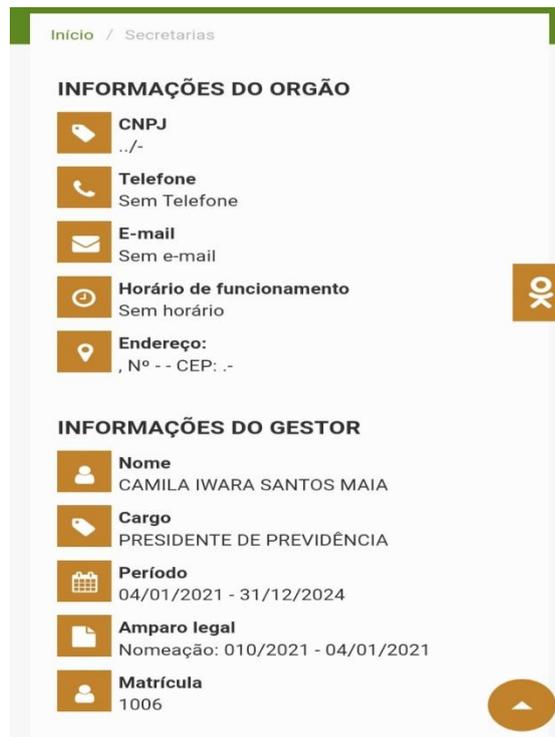
Para Gil (2008, p. 50) a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para Cerro (2007, p. 60) “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses”.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 174) a pesquisa documental se “Caracteriza pela fonte da coleta que está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fonte primária”. Portanto este presente trabalho adotará procedimentos de pesquisa e técnicas do tipo Bibliográfico e também documental, pois será realizada com base em livros, sobre o assunto, assim como em artigos, revistas para o levantamento da coleta de dados.

A análise dos dados foi feita com base em decretos e leis orgânicas sancionadas pelo gestor do Município o Prefeito Franklin Verissimo Oliveira, que era o mandatário na ocasião. De maneira que a análise terá como referência o material teórico sobre o estado de bem estar social, a legislação vigente no município de Acarape, bem como decretos e leis com pontos que são pertinentes a estruturação da pesquisa. Por não haver nenhum dado referente os trabalhos da realizado na instituição, a pesquisa ficará atrelada apenas aos documentos já supracitados. A seguir será mostrado uma figura das únicas informações encontrada na página.

Figura 2. Informações da instituição do Acarapeprev.



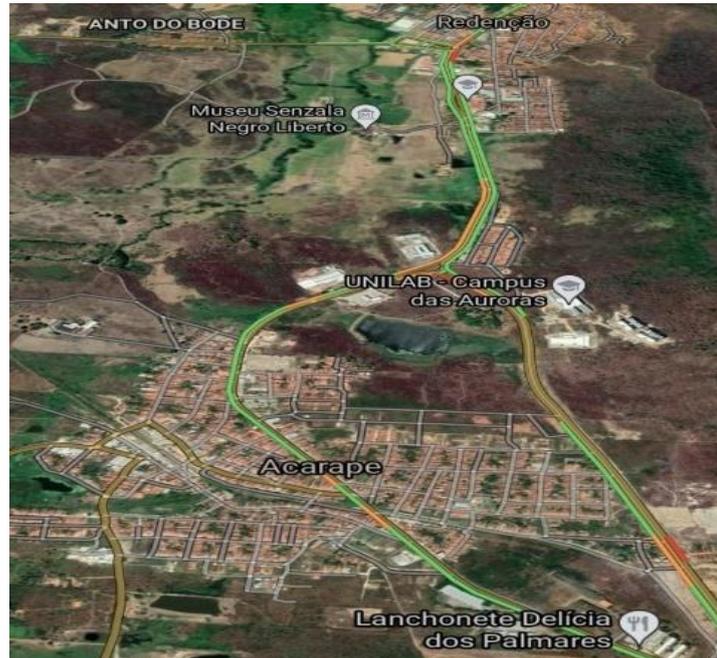
Fonte: página Prefeitura de Acarape 2022.

O presente trabalho foi desenvolvido no Município de ACARAPE-CE. Um breve histórico sobre o Município a região de Acarape era habitada pelos índios Tapuias e Baturité sendo conhecida por vila dos índios. A ocupação do vale do Acarape ocorre com em outros setores do Estado, seguido os cursos dos rios principais, no caso, rio Pacoti.

Elevado à categoria de Município em 1987 pela Lei Estadual nº 11.308, de 15/04/1987, sendo desmembrado de Redenção. Acarape faz parte da região intermediária de Fortaleza, distancia em torno de 61km tendo seu principal acesso pela CE-060.

Acarape está situada não região do Maciço de Baturité, o Município de Acarape atualmente após o último preito tem como mandatário o Prefeito Edilberto Beserra Barros, população estimada para 2021 de 15.140 pessoas, de acordo com o último censo de 2010 era de 15.338 pessoas, densidade demográfica em 2010 em torno de 98,52hab/km², possui um PIB de 9.544,34 em 2019, Índice de desenvolvimento humano 0,606 em 2010 (IDHM 2010), Mortalidade Infantil 18,6 óbitos por mil nascido vivo. Possui uma área da unidade territorial (2020) 130,002 km².

Figura 3. Mapa do município de Acarape.



Fonte: Google Maps, 2021.

As instalações da autarquia Acaraprev fica localizada na Rua. Paulo Alves, S/N – Centro, Acarape, CEP 62785-00.

Um dos principais pela escolha do município ocorreu, pois a pesquisadora reside na cidade de Acarape, juntando-se a estes fatores o principal fator, no qual gira em torno de saber as ações adotadas pelo regime previdenciário do município, para com os cidadãos que necessitam do atendimento.

4. REGIME PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE ACARAPE (ACARAPEPREV)

Nesta parte será realizada uma abordagem de alguns pontos da legislação do regime próprio de Acarape, assim como, a correlação entre estado de bem estar social, base do referencial teórico desta presente pesquisa, passando primeiro por uma pequena parte introdutória.

A previdência social tem sido um assunto bastante discutido nestes últimos anos de 2020 e 2021, por conta das reformas que tem sido realizada visando enxugar os gastos e procurando atender as pessoas da melhor forma possível. A reforma previdenciária trouxe mudanças nas regras de aposentadorias como: idade mínima, tempo de contribuição, valor da aposentadoria, pensão por morte, servidor público, visto que só com tais mudanças o governo irá conseguir manter de forma justa os pagamentos das pessoas aposentadas.

Visto que no país o regime é solidário, ou, seja, aquele os ativos pagam os passivos, e devido as grandes mudanças na qualidade e na expectativa de vida população a conta já não estava mais fechando, pois passou-se a ter mais pessoas ingressando na aposentadoria do que pessoa trabalhando ativamente, e a arrecadação já não era mais insuficiente para manter o atendimento a todos.

No Brasil existem três tipos previdência social. Regime geral da previdência social o (RGPS) mais conhecido como (INSS), o segundo regime próprio da previdência social (RPPS), o terceiro é a previdência privada. No início da construção desta presente pesquisa a gestão do Município de Acarape adota o RRPS, algumas peculiaridades entre os três modelos pois o primeiro engloba todos os cidadãos que exercem algum tipo de atividade que gere economia, já o RPPS é apenas para servidores Efetivo seja ele servidor público da União, Estado e dos Municípios que adotarem. Brasil (1988)

Conforme a Constituição de 1988 no Art. 40 a previdência social terá o caráter “ contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativo, de aposentados e de pensionistas, observados critério que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”.

Neste sentido a Lei 8212 de 24 de julho de 1991 trás no art. Art. 3º “A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente”. Se pautando para tanto nos princípios e diretrizes da “a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos

monetariamente;d) preservação do valor real dos benefícios;e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

Com base na constituição federal, a Reforma foi realizada em âmbito federal, ficando cada estado e município instituir suas reformulações.

Levando em consideração todo o contexto de mudanças o Prefeito de Acarape a época fez alterações na Lei nº 456 de 26 abril de 2013, revogando alguns incisos alterando porcentagem de contribuição e quais órgãos do município passaria a contribuir com este percentual. De acordo a nova lei nº 585/2020 de 31 de Julho de 2020 as autarquias e fundações públicas passariam a contribuir com um percentual de 14% (catorze por cento) sobre a sua remuneração.

Lei nº 456 26/04/2013 preceitos do RPPS.

- Caráter contributivo e Solidário de Seguridade Social, com contribuições obrigatórias;
- Administração técnica dos Recursos;
- Autonomia financeira;
- Total transparência dos recursos;
- Preservação do equilíbrio atuarial;
- Impessoalidade.

Quadro 3: Fontes de custeio do RPPS de Acarape antes e depois das alterações na Lei.

Lei nº 456/2013 de 26 de Abril de 2013	Lei nº 585/2020 de 31 de Julho de 2020
<ul style="list-style-type: none"> • Produto de arrecadação referente as contribuições de carácter compulsório, dos servidores ativos de qualquer dos poderes do município na razão de 11% • Produto de arrecadação referente as contribuições dos aposentados e pensionistas de quaisquer dos poderes do município, suas autarquias e fundações na razão de 11% (...); • O produto da arrecadação da contribuição de qualquer dos poderes do município, suas autarquia e fundações; • As receitas decorrentes de investimentos e patrimoniais; • Valores aportados pelo município; • As demais dotações previstas no orçamento do município; e • Quaisquer bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produto de arrecadação referente as contribuições de carácter compulsório, dos servidores ativos de qualquer dos poderes do município na razão de 14% • Produto de arrecadação referente as contribuições dos aposentados e pensionistas de quaisquer dos poderes do município, suas autarquias e fundações na razão de 14% (...); • O produto da arrecadação da contribuição de qualquer dos poderes do município, suas autarquia e fundações; • As receitas decorrentes de investimentos e patrimoniais; • Valores aportados pelo município; • As demais dotações previstas no orçamento do município; e • Quaisquer bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária.

Fonte: Legislação de Acarape 2020.

Quadro 4: Beneficiários do RPPS antes e depois das alterações da Lei.

Lei nº 456/2013 de 26 de Abril de 2013	Lei nº 585/2020 de 31 de Julho de 2020
<p>Art. 26 o RPPS compreende os seguintes benefícios. I – Quanto ao servidor</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria por invalidez; • Aposentadoria compulsória; • Aposentadoria voluntária por idade e tempo de serviço; • Aposentadoria voluntária por idade; • Aposentadoria especial; • Auxílio - doença; • Salário - família; • Salário – maternidade. <p>II – Quanto ao dependente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auxílio por morte; e • Auxílio por reclusão. 	<p>Art. 26 o RPPS compreende os seguintes benefícios. I – Quanto ao segurado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria por invalidez; • Aposentadoria compulsória; • Aposentadoria voluntária por idade e tempo de serviço; • Aposentadoria voluntária por idade; • Aposentadoria especial; <p>II – Quanto ao dependente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pensão por morte.

Fonte: Legislação de Acarape (2020).

Com base nos pontos descritos a cima da parte da legislação previdenciária do município de Acarape, no que concerne aos preceitos, nota-se que existe uma correlação entre todos os pontos que foi relatado no referencial teórico acerca dos deveres do Estado, de forma que mesmo não sendo possível o tipo de regime de estado de estar do bem social é o do município, pode-se perceber algumas características do regime social democrata, no qual o Estado assumi um determinado papel, mais que ao mesmo tempo ele não exime a participação do mercado, como sendo um colaborador.

Vemos que o RPPS tem um caráter solidário, isto ocorre devido os sujeitos ativos, fomentarem recurso para o pagamento de salário dos sujeitos passivos. Desta que essa contribuição é compulsória, pois são estas contribuições que auxiliam os gestores na manutenção do pagamento das dívidas. A legislação desta o percentual que será cobrado de

cada contribuinte, assim como destaca o valor percentual que será acrescido aos salários dos aposentados e pensionistas servidores públicos do município.

No passo que ao mesmo tempo a legislação desta quem são os contribuintes e as fontes de recursos para ajudar no custeio daquelas pessoas que estejam aposentadas, afastada do trabalho por motivos de acidente, bem como os pensionistas. Traz ainda os beneficiário apontando, assim o alcance exercido pela regime previdenciário do município. É importante ressaltar que apesar de alguns pontos terem sido revogados, não implica dizer que aquelas pessoas irão ficar desamparadas, pois a revogação é condizente apenas com as questões do RPPS, sendo estes pontos revogados aparados pelo regime geral. Foram revogados: Auxílio-doença, salário-Família e Salário -Maternidade, bem como o Auxílio por Reclusão, este pontos passarão a ser atendido pelo regime geral conforme as leis constitucionais.

Do ponto de vista legal é muito importante que ocorra reformas para o ajuste das contas, redução do superávit e um equilíbrio entre aqueles que contribui e conseqüentemente os que recebem, todavia, apenas isto não é o suficiente para que o estado forneça aos seus cidadão um estado de bem estar social, pois como se nota o estado gasta muito e oferece pouco, o que se ver são aposentados que recebem, suas aposentadorias, mais devido a ineficiência do estado aquelas economias que poderia servir para que a pessoa tivesse uma melhor qualidade de vida, apenas dá para, realizar pagamentos com medicamentos, serviços estes que é dever do estado fornecer a todos.

Em meios as mudanças que o Brasil vem passando com o envelhecimento de sua população cada vez maior e com pouca gente no mercado de trabalho, faz necessário, a criação de políticas públicas por partes dos gestores, que possibilite, está população ter acesso a uma qualidade de vida melhor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente desenvolve-se em torno dos conceitos de Estado de Bem Estar Social, Previdência Social. Tinha como problema o seguinte questionamento saber as políticas públicas realizadas pelo regime previdenciário do município de Acarape, o Acarapeprev que é a autarquia responsável por fazer a captação dos recursos, por meio das contribuições dos servidores ativos do município.

Surgiram muitos questionamentos tanto no início da pesquisa, meio e fim, sobre de que foram era realizada essa captação de recursos, para onde eram destinados tais contribuições e como a instituição passava essas informações para o cidadão acarapense. Embora a pesquisadora ter encontrado tais respostas dentro da legislação do município, aprovada pela câmara de vereadores e sancionada pelo prefeito em exercício a época sobre a forma na qual seria realizada a arrecadação, a forma de aplicação dos percentuais da contribuição sobre o salário dos servidores ativos do município.

Nota-se que a única fonte de informações é a legislação em vigor, haja vista que em nenhum outro local há tais informações, nem mesmo na página da prefeitura do município é possível encontrar informações na qual o cidadão possa estar obtendo tal conhecimento sobre como é feita a arrecadação, onde e como é aplicada e qual o retorno para a sociedade da aplicação de tal recurso.

Devido ao cenário atual que vivemos de pandemia da covid-19 a pesquisadora ficou atrelada, apenas as pesquisas teóricas sobre o Estado de Bem Estar Social, aos decretos e Leis vigentes tanto na constituição, quanto na legislação do município, assim como pesquisa feita sobre o assunto em artigos e livros. Dessa forma a presente pesquisa merece e cabe uma continuidade bem mais aprofunda em um momento mais oportuno, com a utilização de instrumento e técnicas de coleta de dados que possibilite uma resposta mais ampla sobre questionamentos que não foram possíveis, apenas pelos meios utilizados.

Tal assunto tem uma grande relevância social e também acadêmica, no âmbito social é importante pesquisar voltada ao estudo das instituições para que a sociedade possa ter informações sobre a forma com que é tratado os recurso que é recolhido, faz necessário maior transparência, assim como informa de maneira clara de maneira que a sociedade possa entender o que os gestores fazem, no âmbito acadêmico também tem uma grande relevância, pois é por meio das pesquisar e questionamentos dos acadêmicos e que a sociedade tem a oportunidade de obter conhecimento das coisas que são realizadas nos mais variados órgãos e camadas da sociedade, dessa forma é importante reforçar mais uma vez, que a presente

pesquisa merece uma continuidade com um aprofundamento mais detalhado e amplo sobre o funcionamento da previdência social do município de Acarape.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 08 jun. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza; UEC, 2002

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DIAS, R; MATOS, F. **Políticas públicas. Princípios, propósito e processos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DRAIBE, S; RIESCO, M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. *In*: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M; MARQUES, E. (Org.). **Políticas Públicas no Brasil Rio de Janeiro**. Editora Fiocruz, 2007.

DRAIBE, S; RIESCO, M. **Desenvolvimento Econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea**. Políticas pública, sessão 1- Reformas Institucionais e Políticas Sociais Caxambu, 2006.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Historia do Município de Acarape. **IBGE**. Disponível em: [cidades.https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/acarape/historico](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/acarape/historico). Acesso 08 jun. 2021.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA. INSS. **Breve histórico**. 15 dez. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/breve-historico>. Acesso em: 08 jun. 2021.

LAKATOS, EVA M & MARCONI, MARINA A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LAKATOS, EVA M & MARCONI, MARINA A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, MARIA CECÍLIADE SOUZA (org.). **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RUA, MARIA DAS GRAÇAS. **Políticas públicas. Gestão Pública Municipal**. 3. ed. Ver. Atua – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: capes; UAB 2014.

SECCHI, LEONARDO. **Políticas públicas. Conceitos, esquema de análise casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.